

1 INTRODUÇÃO

A composição agropecuária-agroindústria é uma das principais atividades produtivas geradoras de impactos positivos sociais e econômicos do Brasil. Além de responder por 22% do produto interno bruto (PIB) do Brasil, a composição é a principal geradora de ocupações – com cerca de 16 milhões de postos de trabalho – e garante a segurança alimentar de 200 milhões de pessoas. Somada aos contínuos saldos positivos na balança comercial (acima de R\$ 70 bilhões por ano), a agroindústria tem o porte dos setores de petróleo e gás e automobilístico, os maiores do país.

Devido ao grande porte da parcela industrial – em 2012, empregou mais de 3,2 milhões de pessoas, ou 34% de todos os postos de trabalho da indústria de transformação (IBGE, [s.d.]b)– Dallari (2012) considera que o Brasil deveria focar nesta atividade produtiva, tornando-a a primeira do mundo, visto que retoma concepção dos anos 1970. Por isto, é oportuno verificar se o país está caminhando neste sentido.

Políticas públicas têm sido implantadas com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento produtivo, por meio de agregação de valor às atividades agropecuárias e agroindustriais. Nas duas últimas décadas, a Política Nacional do Desenvolvimento Rural (PNDR), os Territórios da Cidadania, o Programa Agroindústria, o Programa Nacional do Biodiesel (PNPB), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) são exemplos de políticas, algumas com orçamento previsto em onze ministérios (Santos, 2013), além dos fundos de financiamento da produção.

Por sua vez, as Unidades da Federação (UFs) valem-se de políticas e programas de incentivos à agroindústria, cada uma a seu modo e conforme o estágio do seu desenvolvimento. Medidas fiscais de atração de indústrias pela geração de isenções tributárias destacam-se, sendo por vezes contestáveis entre as UFs, contribuindo para o que se denomina de “guerra fiscal”. Na ausência destas medidas, as UFs que possuem maior oferta de matérias-primas podem permanecer nesta condição e ainda mais dependentes de repasses da União. É esperado que uma UF de grande produção de grãos, por exemplo, tente atrair empresas utilizando-se da redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou da antecipação de créditos gerados por diferenças tributárias. A expectativa de atração de empregos, agregação de valor aos produtos locais e maior autonomia orçamentária é uma realidade que se estende, também, aos fornecedores de insumos da agroindústria.¹

O debate em torno da agroindústria registra, além das oportunidades e da emergência do setor, seus fatores controversos, como a relação de dependência dos agricultores no que concerne à indústria – conforme Belik (1992) e Guilhoto, Furtoso e Barros (2000) –, ou o domínio estrutural do capital financeiro sobre a agroindústria – de acordo com Guimarães (1979), Goodman, Sorj e Wilkinson (1985) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2011). Goodman, Sorj e Wilkinson (1985) observam que as estruturas sociais rurais sofreram grande interferência no processo de crescimento da agroindústria, tendo o movimento de capitais – desde os anos 1960 – priorizado a acumulação com o processamento e a comercialização da produção. Esta é também a compreensão de UNCTAD (2011), que destaca, ainda, dificuldades de os países dependentes de *commodities* em dar saltos de independência em relação a estas.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

1. A adoção do termo agroindústria, neste texto, segue a compreensão de Guilhoto, Furtoso e Barros (2000) e Belik (1992), sendo esta parcela complementar e indissociável da agropecuária que engloba atividades produtivas industriais demandantes de produtos agropecuários – etapa a que este texto se limita –, englobando também as atividades de fornecimento de insumos, como máquinas, fertilizantes e defensivos, além de serviços relacionados à agropecuária.

No primeiro momento, o crédito à produção, à comercialização e ao investimento e o subsídio da taxa de juros (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1985) foram os delineadores da agroindústria. Para os autores, tal estratégia pressupôs seletividade de produtores e desenho agrário distinto nas diversas regiões e, com isto, “desenvolveu-se como uma extensão orgânica da estrutura industrial” (*op. cit.*, p. 40). Atualmente, fatores relacionados ao grande aumento da demanda interna e às mudanças nos padrões de consumo devem ser adicionados como motores da expansão da agroindústria, em termos absolutos, e da manutenção da sua participação na produção industrial.

Segundo dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de a parcela de participação da agroindústria no valor da produção da indústria de transformação ter se reduzido de 26%, em 1968, para 23%, em 1978 – e depois para 18%, em 1988 –, esta sofreu elevação e alcançou 22% em 1995, assim permanecendo até 2011. A porcentagem de ocupados na agroindústria, exceto nos estabelecimentos rurais, manteve-se em torno de 20% do total de ocupações da indústria de transformação e elevou-se após 1988, alcançado 25%.

O poder multiplicador da agroindústria sobre o valor dos bens da agropecuária, que já nos anos 1990 alcançou a ordem de dez vezes, em países como os Estados Unidos – de acordo com Jank, Farina e Galan (1995)² *apud* Guilhoto, Furtoso e Barros (2000) – pode atingir 28 vezes, em 2028, segundo os mesmos autores. No Brasil, esta relação se encontra ainda em torno de três vezes, pelos dados do Sistema de Contas Nacionais (IBGE, 2011) e Barros, Fachinello e Silva (2011), o que indica enorme espaço a preencher e significa grande oportunidade econômica e social para o país, principalmente devido ao aumento da demanda mundial por produtos da agroindústria.

Guanziroli (2010) destaca as agroindústrias situadas nas propriedades rurais, geralmente de pequeno porte, que merecem especial atenção de políticas públicas. O autor classifica as agroindústrias rurais em artesanais – produção para o autoconsumo –, tradicionais – com padrões próximos das agroindústrias comuns – e modernas – atendem a todos os requisitos impostos à produção. Para Guanziroli (2010), efeitos positivos das agroindústrias apoiadas pelo governo dependem de como são elaboradas e efetivadas as políticas. Para Prezotto (2002), a pequena agroindústria pode representar um instrumento para o desenvolvimento da agricultura familiar – desde que desenhada fora dos padrões convencionais das economias de mercado –, sendo necessárias medidas estruturantes e o apoio dos governos federal, estadual e municipal para que esta se viabilize.

Nesse cenário de grande e pequena escalas – que é parte tanto de desafios quanto de oportunidades para a agroindústria – cabe discutir o perfil da expansão da atividade no Brasil, a partir de indicadores setoriais e regionais. Também importa analisar em que medida o crescimento da agroindústria relaciona-se com a oferta de matéria-prima nas diferentes UFs, sendo este o objetivo central deste artigo.

O texto está estruturado em três seções, além desta introdução. Na seção 2, são descritas as fontes e os procedimentos de pesquisa. Na seção 3, é feito um breve histórico de como evoluem a oferta de bens agropecuários e a agroindústria no Brasil, destacando-se dados de produção, ocupações, distribuição das empresas e outros indicadores por UFs. Por fim, a seção 4 apresenta uma síntese dos resultados, outras considerações e sugestões de políticas públicas.

2 BASES DE DADOS E METODOLOGIA

A pesquisa utilizou as seguintes bases do IBGE: Censo Agropecuário 2006; Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1990 a 2011; Produção Pecuária Municipal (PPM) de 1990 a 2011; Cadastro Central de Empresas (CCE); e PIA. Devido ao grande intervalo de tempo entre os censos agropecuários, a utilização de estimativas – como a PAM e a PPM – é feita de forma alternativa, a exemplo do que fazem Portugal e Alves (2002), ao tratarem de efeitos da agricultura sobre a economia e impactos nas cadeias produtivas. No caso da produção vegetal, são geradas estimativas na Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) do IBGE. Do censo, são usados

2. JANK, M. S.; FARINA, E. M. Q.; GALAN, V. B. *Introdução ao agribusiness*. Piracicaba: ESALQ, 1995. (Série Didática, n. 96).

apenas dados da agroindústria rural. São consideradas informações dos 31 produtos de lavouras temporárias, dos 33 de lavouras permanentes, dos 37 de extração e dos nove produtos da silvicultura.

Para os subsetores da agroindústria, optou-se por trabalhar com dados agregados, devido às mudanças metodológicas ocorridas na PIA entre 1996 e 2004. Por isto, algumas comparações entre os subsetores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versões 1.0 e 2.0, ficam limitadas aos períodos antes e após as mudanças ocorridas na pesquisa. Por sua vez, o CCE apresenta limitações, por exemplo, na distinção de firmas ativas das inativas. Em função destas e de outras dificuldades, os dados são utilizados com ressalvas feitas ao longo do texto.

São utilizados três aspectos para descrever a distribuição da agroindústria pelo país: *i*) os resultados dos indicadores selecionados para a agropecuária e a agroindústria, valor bruto da produção (VBP), valor adicionado (VA), utilização de mão de obra, número de empreendimentos e porte, bem como valor bruto da produção da agroindústria (VBPi) por UFs – sendo o VA equivalente ao PIB da agroindústria); *ii*) o desenvolvimento da agroindústria frente à indústria de transformação por UFs; e *iii*) a classificação dos estados conforme a presença da agroindústria e o porte da sua agropecuária.

A capacidade de oferta agropecuária é definida de forma simples, em três graus (baixo, médio ou alto), considerando-se os indicadores de oferta de bens (matérias-primas) originários de agricultura, extração vegetal, silvicultura e pecuária. Pescados não são considerados devido à inexistência ou à baixa disponibilidade de dados no período. As UFs foram agrupadas conforme a seguinte definição de porte:

Grande $P_{UF} > 5\%$ e $P_{UF} > PM + 1 DP$

Médio $P_{UF} < 5\%$ e $PM - 1 DP < P_{UF} < P_{UF} + 1 DP$

Pequeno $P_{UF} < 1\%$ e $P_{UF} < PM - 1 DP$

Em que, P_{UF} é a participação de cada UF em determinado indicador; PM equivale à média das participações das UFs também para cada um dos indicadores; e DP é o desvio-padrão.

Com esse critério, foram classificadas como grandes produtoras agrícolas as UFs que respondem, individualmente, por mais de 5% do VBP do setor na média de cinco anos (2007-2011). As UFs com média participação na produção encontram-se acima de 1% e abaixo de 5% do valor total do Brasil, enquanto as com participação inferior a 1% são de pequena produção.

Cabe o registro de que – para a definição dos subsetores que compõem a agroindústria – a classificação utilizada neste estudo exclui algumas atividades, em relação àquelas que outros autores consideram agroindústrias. Assim, foram desconsideradas as atividades da indústria de transformação (códigos CNAE a quatro dígitos) que utilizam produtos derivados tanto da agricultura quanto fora desta, a exemplo de: *i*) no grupo *têxteis*, a fabricação de roupas e componentes; *ii*) no grupo *couros e calçados*, a fabricação de calçados e partes componentes destes, independentemente de que material se constituam; e *iii*) no grupo *papel e celulose*, a produção de material de consumo final e a parte gráfica. A relação das atividades e códigos CNAE a três dígitos, considerados como agroindústria, aparece na tabela 5, aos quais se somam a agricultura, a pecuária e os serviços, concernentes à pré e à pós-colheita. O critério geral que orientou esta seleção foi considerar como parte do segmento agroindustrial os itens CNAE 2.0 de origem agropecuária, aos quais ainda não foram agregados insumos não agrícolas ou que tenham sido produzidos e processados até o segundo grau de beneficiamento. Em geral, excluem-se os bens que passam por outras etapas industriais antes do seu consumo final – por exemplo, calçados, tecidos e papel.

3 RESULTADOS

Na CNAE 2.0, pelos dados da PIA Empresas, a agroindústria responde pelo maior porte entre todos os subsetores classificados em três dígitos (grandes setores produtivos). Esta representou, em 2009, entre um quinto e um quarto dos valores dos indicadores selecionados de porte e agregação da indústria de transformação no Brasil (tabela 1) – considerando-se as empresas com cinco ou mais empregados –, o que a equipara, em porte, com os setores de petróleo e gás e automotivo.

A agroindústria tem destaque em relação à indústria de transformação em importantes indicadores selecionados, a exemplo de: VBP (24,88%); receita líquida (24,87%); e consumo intermediário (27%). São também relevantes os 19,81% da participação da agroindústria no VA da indústria de transformação.

TABELA 1

Agroindústria e agroindústria expandida:¹ indicadores de porte e agregação² – Brasil (2009)

	Empresas (unidade e %)	VBP (R\$ mil e %)	Receita líquida de vendas (R\$ mil e %)	Consumo intermediário (R\$ mil e %)	VA (R\$ mil e %)
Agroindústria	33.540	382.208.150	366.500.224	292.537.920	89.670.230
Agroindústria/Indústria de transformação (%)	20,22	24,88	24,87	27,00	19,81
Agroindústria expandida	45.492	424.963.667	407.913.342	320.341.368	104.622.299
Agroindústria expandida/ indústria de transformação (%)	27,42	27,66	27,68	29,56	23,11

Fonte: IBGE (I.s.d.)b).

Elaboração do autor.

Notas: ¹ Agroindústria segue a metodologia definida neste texto. Agroindústria expandida incorpora atividades de fabricação de derivados de têxteis, indústria de papel e celulose, bem como manufatura de calçados, como atividades do agronegócio.

² Abrange apenas as empresas com cinco ou mais empregados.

3.1 Oferta de matéria-prima nas UFs: facilitador da expansão da agroindústria?

A produção vegetal em lavouras é a principal provedora de insumos para a agroindústria, em comparação com a pecuária. Por isto, os dados destes dois subsetores são mostrados, inicialmente, de forma desagregada. A distinção no potencial de cada um ocorre não somente por que o número de produtos ofertados é bem maior nas lavouras, mas também devido à interdependência, à padronização e à integração de cadeias produtivas serem maiores na pecuária. Produtos vegetais, por sua vez, podem ser ofertados por diversas formas e locais – *in natura* ou semiprocessados –, sendo indutores da localização de plantas industriais.

Desse modo, a expansão da agroindústria de carnes é um estímulo à pecuária de aves e suínos em dada região – ou seja, neste caso, a oferta de animais e sua localização resultam da demanda industrial, atenta ao meio urbano. Já a criação de bovinos tem sua dinâmica própria, centenária e menos dependente da indústria e possui comercialização mais dispersa e com facilidades que mais se assemelham ao padrão dos produtos vegetais, com localização estimulada por recursos naturais e menores custos de produção.

Por sua vez, os produtos oriundos da madeira e da extração vegetal não têm, em sua maioria, perfil definido de interação com a indústria, embora se saiba que a produção de papel e celulose, por exemplo, determina a expansão da silvicultura. A madeira e o carvão, por seu turno, possuem oferta e cadeias cativas, assim como as frutas amazônicas – como cupuaçu e açaí (Homma, 2012) –, que atraem a indústria pela possibilidade de agregação de valor aos produtos regionais.

A observação da espacialização e das alterações temporais das produções agrícola e pecuária ajuda a compreender a distribuição da agroindústria no país.

3.1.1 Produção vegetal

Nas atividades desagregadas, a extrativa vegetal – que chegou a ser significativa na região Norte em 1990 (10% do VBP total vegetal da região) – tornou-se insignificante em 2011 (cerca de 1% deste VBP), embora seja ainda importante em localidades desta região e para os produtores diretamente. A silvicultura cresceu significativamente no Nordeste, no Sul e no Sudeste – conforme ilustra a tabela 2 –, concentrando a produção nas duas últimas, enquanto as lavouras têm o maior peso na composição do produto agrícola.

TABELA 2

Participação das regiões e dos subsetores no VBP agrícola nacional (1990-2011)

(Em %)

	Silvicultura		Extrativismo		Lavouras permanentes e temporárias	
	1990	2011	1990	2011	1990	2011
Norte	0,34	0,20	9,77	1,08	4,14	3,90
Nordeste	0,13	0,63	1,98	0,58	15,87	13,11
Sudeste	1,90	2,54	0,83	0,06	30,77	30,32
Sul	1,63	2,50	1,85	0,17	23,72	24,24
Centro-Oeste	0,16	0,29	0,42	0,44	6,48	19,95

Fonte: IBGE ([s.d.].d; [s.d.].e).

Pela classificação adotada, sete estados são responsáveis pela maior produção agrícola do país, sendo considerados grandes produtores São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás; os dois últimos apresentam trajetória de maior crescimento do VBP agrícola. O grupo dos sete estados representava 73,4% do VBP agrícola do Brasil, em 2010, ante 71,7%, em 2000, e 62%, em 1990.

Nove estados situam-se na faixa de produtores médios (acima de 1% e abaixo de 5% do VBP agrícola brasileiro, entre 2006 e 2010), tendo somado 21%, em 2010, ante 19%, em 1990. Neste grupo, apenas os estados do Mato Grosso do Sul e do Maranhão têm trajetória ascendente de participação no VBP agrícola, a partir do início da década de 2000; as demais UFs do grupo possuem trajetória estável ou descendente. As outras onze – classificadas como pequenas produtoras, todas com menos de 1% do VBP entre 2006 e 2010 – responderam por 6,5% do VBP agrícola do Brasil, em 2010, não passando de 5,5% nos anos anteriores. A tabela 3 apresenta a participação das UFs como ofertantes de matéria-prima.

TABELA 3

Participação das UFs no VBP agrícola nacional (1990-2010)

(Em %)

Porte	UF	Participação no VBP agrícola nacional ¹			
		1990	2000	2010	Varição (1990-2010) 2
Grande produção	São Paulo	20,46	16,03	17,58	-14,09
	Paraná	11,87	12,55	12,34	3,99
	Rio Grande do Sul	9,76	11,45	10,95	12,20
	Minas Gerais	8,57	11,07	10,87	26,88
	Mato Grosso	2,00	7,90	8,48	324,00
	Bahia	6,85	7,45	6,85	-0,01
	Goiás	2,64	5,25	6,32	139,27
Média produção	Santa Catarina	4,47	4,56	3,79	-15,19
	Mato Grosso do Sul	2,15	2,45	3,37	57,07
	Espírito Santo	2,12	3,25	2,93	38,63
	Pará	-	3,61	2,64	-
	Sergipe	1,64	1,39	1,84	11,95
	Rio de Janeiro	2,35	1,53	1,75	-25,41
	Pernambuco	2,60	1,70	1,70	-34,62
	Maranhão	1,45	1,37	1,69	16,28
	Alagoas	2,13	2,30	1,39	-34,84

(Continua)

(Continuação)

Porte	Participação no VBP agrícola nacional ¹				
	UF	1990	2000	2010	Varição (1990-2010) 2
Pequena produção	Ceará	1,32	1,41	0,91	-31,11
	Rondônia	1,03	0,95	0,83	-19,74
	Tocantins	0,36	0,41	0,77	115,44
	Amazonas	-	0,70	0,66	-
	Piauí	0,91	0,56	0,63	-30,23
	Paraíba	1,62	0,85	0,49	-69,71
	Rio Grande do Norte	0,68	0,49	0,47	-30,18
	Acre	0,27	0,32	0,26	-3,37
	Distrito Federal	0,16	0,22	0,21	28,47
	Roraima	0,09	0,18	0,14	50,25
	Amapá	0,10	0,07	0,12	18,47

Fonte: IBGE ([s.d.]; [s.d.]).

Nota: ¹ Para a obtenção do VBP, foram somados todos os produtos da extração vegetal e os cultivos permanentes e temporários, inclusive a silvicultura.² Representa o crescimento da UF em função de sua presença no VBP agrícola total nacional em 1990; a última coluna refere-se à variação relativa à participação da própria UF.

3.1.2 Produção de origem animal

Na pecuária, verifica-se maior equilíbrio regional em relação à agricultura, nos três principais rebanhos (bovino, aves e suínos).³ As regiões Norte e Nordeste apresentam redução na parcela de produção ao longo dos anos, no caso de suínos. Destaca-se a vantagem das estruturas de produção próximas dos maiores produtores de milho e do consumo interno no Sul e no Sudeste. A localização da produção – no caso de aves – explica-se, ainda, pela disponibilidade de insumos (alimentos para os animais), pela infraestrutura – principalmente no caso de exportação por grandes empresas –, pela proximidade dos maiores mercados consumidores internos e pelos arranjos produtivos em cadeias. A expansão tem também a influência do consumo interno, pois 85% das carnes bovina e suína e 68% da produção de aves no Brasil são consumidos internamente.⁴

A trajetória da produção de suínos, aves e bovinos nas regiões é mostrada no gráfico 1. Na expansão da criação de bovinos para as regiões Centro-Oeste e Norte, destaca-se o fato de que o Brasil é ainda criador na forma extensiva em terra – aloca em torno de 1 ha/cabeça de bovino, em média, e mais de 1,5 ha/cabeça onde a terra é ainda barata. A criação mais intensiva no país aproxima-se de 0,8 ha/cabeça, nas regiões de maior adoção de tecnologia, embora ainda distante de países com maior produtividade, como os Estados Unidos e outros – no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) –, cujas médias estão próximas de 0,5 ha/cabeça –considerando-se as etapas da cria até a engorda do gado de corte.

3. O rebanho caprino tem importância econômica regional nos estados da Bahia (2,74 milhões de cabeças), de Pernambuco (1,92 milhão), do Piauí (1,38 milhão) e do Ceará (1,05 milhão).

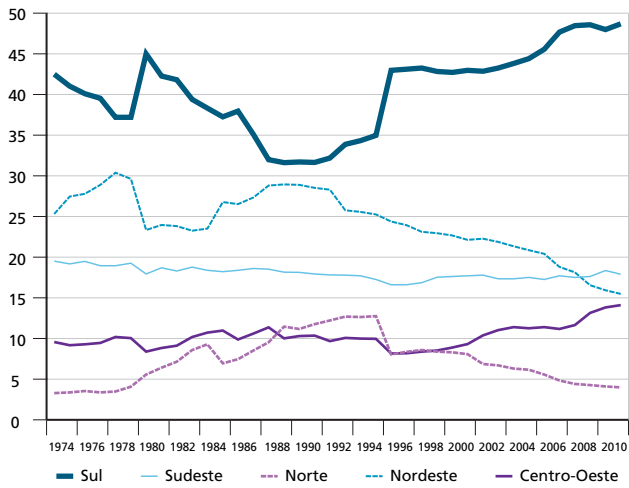
4. O consumo interno de carne de aves alcançou o patamar de consumo *per capita* da carne bovina, facilitando o aumento de pequenas e médias agroindústrias, bem como de criadouros de aves, além de manter a criação tradicional, de base rural e familiar. Em 2010, o consumo de carne bovina e frango alcançou 37,4 kg/habitante e 43,9 kg/habitante ao ano (a.a.), respectivamente, e o de suínos, 14,1 kg/habitante a.a., pelos dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), disponíveis em: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/mercado-interno>>.

GRÁFICO 1

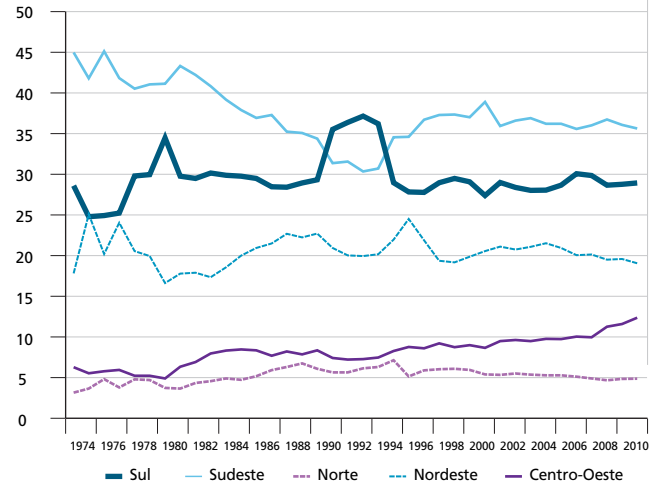
Participação das regiões na produção de pecuária (1974-2010)

(Em %)

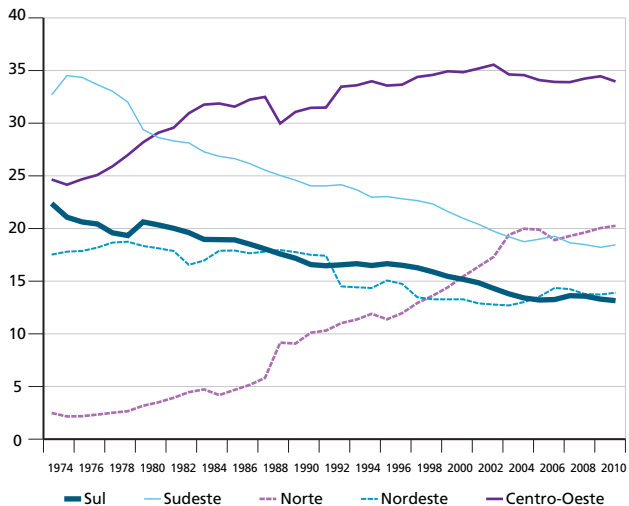
1A – Suínos



1B – Aves



1C – Bovinos



Fonte: IBGE ([s.d.]).

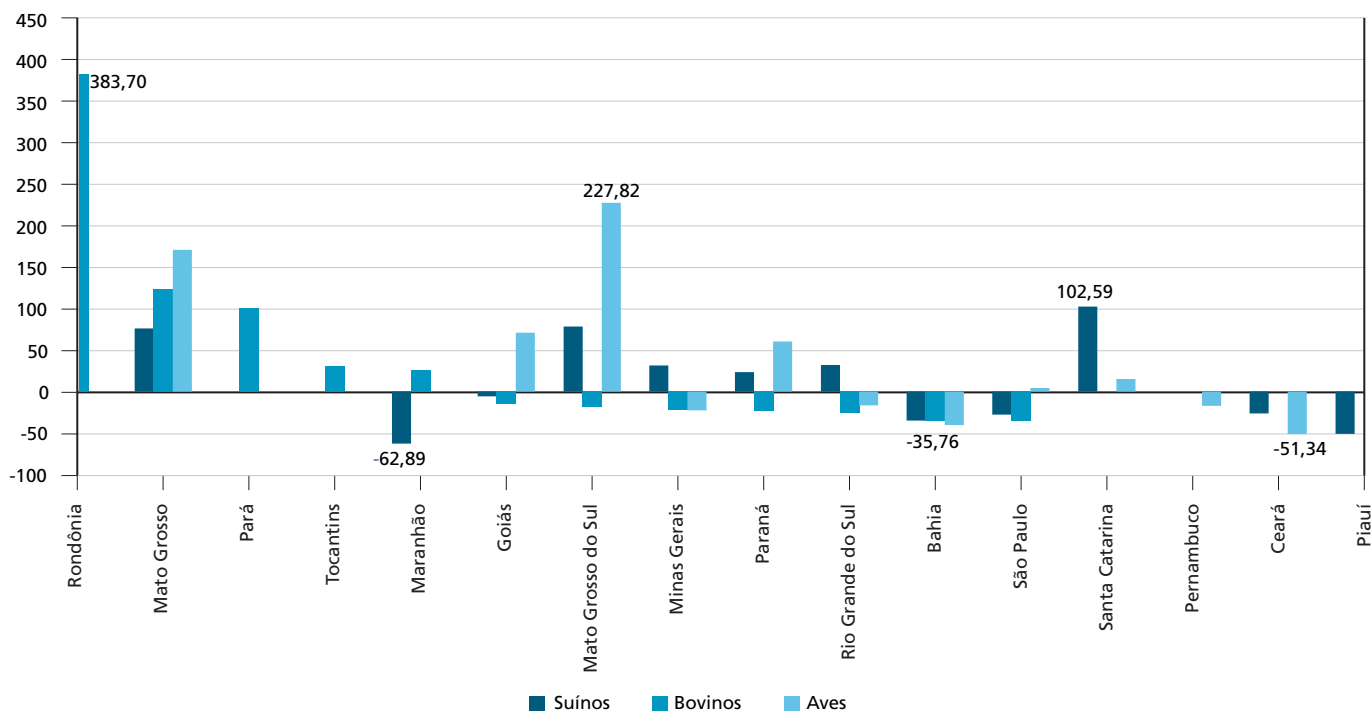
Obs.: no gráfico 1B, a categoria aves inclui galinhas, pintos, frangos e frangos, além de excluir outras aves.

No plano das UFs, a participação na produção de aves e rebanhos bovinos e suínos novamente destaca os sete estados já mencionados como principais produtores agrícolas. Além destes, Rondônia, em gado bovino, Mato Grosso do Sul, em aves, e Santa Catarina, em suínos (gráfico 2). Estados do Nordeste (Maranhão, Bahia, Piauí e Pernambuco), que tinham significativas participações em 1990, reduziram sua fatia no mercado.

GRÁFICO 2

Variação de efetivos – dezesseis estados com maior produção (1990-2010)

(Em %)



Fonte: IBGE ([s.d.].c).

Elaboração do autor.

Até mesmo tendo portes distintos em 1990, a variação na participação das UFs reflete a capacidade de atrair atividades agroindustriais conforme a oferta de insumos de origem agrícola. Sobressaem-se os estados com maior equilíbrio climático (situados no bioma Cerrado) ou de longa experiência em adoção de tecnologias e práticas cooperativas e agricultura mais antiga (região Sul). Entre os grandes produtores, São Paulo é um caso à parte, com queda nas participações devido à pecuária e a produtos de origem animal. Estes últimos tiveram queda de 43%, entre 1990 e 2010, no estado.

Vale a ressalva de que, na pecuária, tanto a espacialização quanto a expansão e as características do rebanho (diferenças na qualidade, tipo de criação e formas de comercialização) são fatores que interferem na comparabilidade entre as regiões. Assim, a produtividade por animal – peso de carne por carcaça, ou litros de leite por cabeça, por exemplo – ou até mesmo por área deve ser analisada com cautela, sendo os dados por cabeça apenas ilustrativos. Há, ainda, as diferenças de produtividade (rendimento médio),⁵ raças e cruzamentos, a especialização em corte ou leite, a forma de manejo, entre outros fatores.

3.2 Presença regional e principais subsetores da agroindústria

O CCE de 2011 apresenta 136.138 plantas agroindustriais no país – 28,2% do total da indústria de transformação, inclusive aquelas eventualmente inativas. Tais empresas empregam mais de 3,2 milhões de pessoas, com remuneração média de 3,5 salários mínimos; valor muito próximo ao praticado na indústria de transformação como um todo (tabela 4). Nas ocupações, destacam-se, além de São Paulo, os estados de Santa Catarina, do Ceará, de Pernambuco e do Rio de Janeiro.⁶ Novamente, São Paulo, Rio Grande do Sul,

5. A produtividade de carne por carcaça, no Brasil, no ponto de corte, pode ter relação de 1 para 2,5 entre as regiões e as raças, enquanto a produtividade na produção de leite pode variar de 1 para 6.

6. Programas e ações de incentivo à formalização de estabelecimentos influenciam o número total e tornam difícil a comparação ao longo dos anos. Foi o que ocorreu no estado de São Paulo, que adotou programa de cadastramento e formalização de indústrias e estabelecimentos rurais.

Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná concentram a atividade, com 66% das plantas industriais. Os estados do Rio de Janeiro, do Ceará e de Pernambuco – apesar de não serem grandes produtores agrícolas – têm também participação significativa, o que se deve, entre outros motivos, por serem grandes mercados e também polos regionais de abastecimento.

TABELA 4
Presença da agroindústria por UF: variáveis selecionadas (2011)

UF	Total de indústrias ¹ (Em unidades)		Total de ocupados (Em unidades)		Salário médio mensal (Em número de salários mínimos)	
	Indústria de transformação	Agroindústria	Indústria de transformação	Agroindústria	Indústria de transformação	Agroindústria de alimentos ²
São Paulo	135.497	28.888	3.297.464	1.010.311	4,3	4,3
Rio Grande do Sul	54.584	19.586	765.259	314.441	2,9	3,1
Minas Gerais	58.648	17.666	877.066	261.320	3	2,3
Santa Catarina	42.074	12.154	798.191	362.873	2,7	2,1
Paraná	44.363	12.059	695.866	256.339	2,9	3,3
Bahia	15.751	5.289	211.641	89.529	2,7	2,1
Rio de Janeiro	25.855	5.054	527.610	93.188	6,5	3,7
Goiás	17.494	4.803	207.699	89.457	2,4	2,3
Ceará	15.071	4.261	292.811	172.870	1,8	2,5
Pernambuco	13.842	4.247	230.649	123.298	2,1	2,5
Mato Grosso	7.874	3.819	76.786	46.532	2,1	3,2
Pará	5.377	2.577	95.381	59.338	2,3	3,5
Espírito Santo	9.876	2.270	135.368	37.586	2,6	1,7
Paraíba	4.386	1.958	57.559	32.707	1,5	1,5
Mato Grosso do Sul	4.492	1.668	55.818	33.293	2,4	3
Rio Grande do Norte	4.379	1.667	66.895	18.998	1,5	1,5
Rondônia	2.968	1.429	31.495	19.554	1,7	2,1
Maranhão	3.335	1.080	37.491	12.295	2,2	2,9
Piauí	3.017	1.014	28.538	9.322	1,5	1,3
Distrito Federal	3.920	927	35.617	11.556	2,9	2,8
Alagoas	2.201	885	122.387	110.370	2	2,3
Sergipe	2.345	856	43.520	24.265	1,7	1,2
Amazonas	2.594	770	150.824	16.843	4,2	6
Tocantins	1.538	514	13.932	6.489	1,9	1,3
Acre	708	304	6.682	3.807	1,6	1,5
Amapá	493	205	4.159	2.003	1,8	1,3
Roraima	376	188	3.010	1.797	1,5	2,3

Fonte: IBGE ([s.d.]).

Elaboração do autor.

Notas: ¹ O total de empresas agroindustriais, que ordena a tabela, foi obtido da soma das agroindústrias listadas na tabela 5, das atividades agropecuárias e dos serviços de pré e pós-colheita.

² Devido à indisponibilidade de dados agregados de salários para a agroindústria, utilizou-se a indústria de alimentos, que é – em todas as UFs – a maior e mais representativa das agroindústrias.

Os dados da tabela 4 ilustram a relação direta entre oferta de insumos/matéria-prima, proximidade do consumo e local da planta industrial, para os casos de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, de Santa Catarina e do Paraná. Entretanto, os estados de Goiás, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e da Bahia ainda não contam com o mesmo perfil de atração de indústrias, no nível da sua grande produção agropecuária. Sem desconsiderar variáveis como porte das indústrias, tipo de produto e valor da produção, é natural que estes últimos estados adotem medidas – inclusive fiscais – de atração de plantas industriais, com vistas à agregação de valor aos seus produtos primários.

Ao atentar-se para a população ocupada (PO) por tipo de produção agroindustrial e número de plantas industriais com cinco ou mais empregados, de acordo com a CNAE 2.0 (tabela 5), observa-se o grande peso da agroindústria na indústria nacional. Enquanto a indústria de transformação ocupa 17% de todo o pessoal da indústria no país, a agroindústria responde por 36,31% destes – lembrando-se que a definição de agroindústria, neste trabalho, é restritiva em relação a outras definições, o que resulta em números conservadores da sua participação nos indicadores da indústria.

TABELA 5

Participação da agroindústria na indústria de transformação com cinco ou mais empregados: PO e plantas industriais (2011)
(Em %)

	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	PO	Plantas	PO	Plantas	PO	Plantas	PO	Plantas	PO	Plantas	PO	Plantas
Indústria de transformação/ total da indústria ¹	17,00	8,68	11,12	7,03	12,29	7,37	17,61	7,95	25,19	11,87	9,17	8,15
10. alimentos	19,43	13,53	15,59	20,88	28,80	20,55	15,87	11,11	21,62	12,15	28,00	19,29
11. bebidas	1,78	0,97	3,23	1,33	2,88	1,35	1,78	0,87	0,99	0,96	2,09	0,78
12. fumo	0,21	0,11	0,01	0,12	0,21	0,19	0,20	0,05	0,28	0,17	0,02	0,07
13. têxteis	3,65	3,22	0,95	1,11	4,42	3,73	3,65	3,27	3,86	3,32	2,27	2,33
15. couro	0,78	1,06	0,27	0,56	0,90	1,19	0,54	0,93	1,25	1,30	1,80	0,96
16. madeira	2,75	4,68	12,48	17,33	0,93	2,96	1,29	2,39	4,97	7,39	5,73	7,00
17. papel e celulose	2,22	1,32	2,49	0,81	1,93	1,07	2,43	1,54	2,02	1,26	1,32	0,75
19.3. biocombustíveis	1,16	0,25	0,87	0,24	2,63	0,12	0,79	0,30	0,33	0,16	6,89	0,58
Total da agroindústria ²	31,97	25,13	35,89	42,39	42,70	31,15	26,55	20,45	35,31	26,71	48,11	31,74

Fonte: IBGE ([s.d.]).

Elaboração do autor.

Notas: ¹ A linha indústria de transformação/total da indústria indica a participação desta no total da indústria brasileira; os códigos de 10 a 19.3 destacam a participação de cada uma na indústria de transformação.

² A linha total da agroindústria indica a participação desta nas indústrias de transformação.

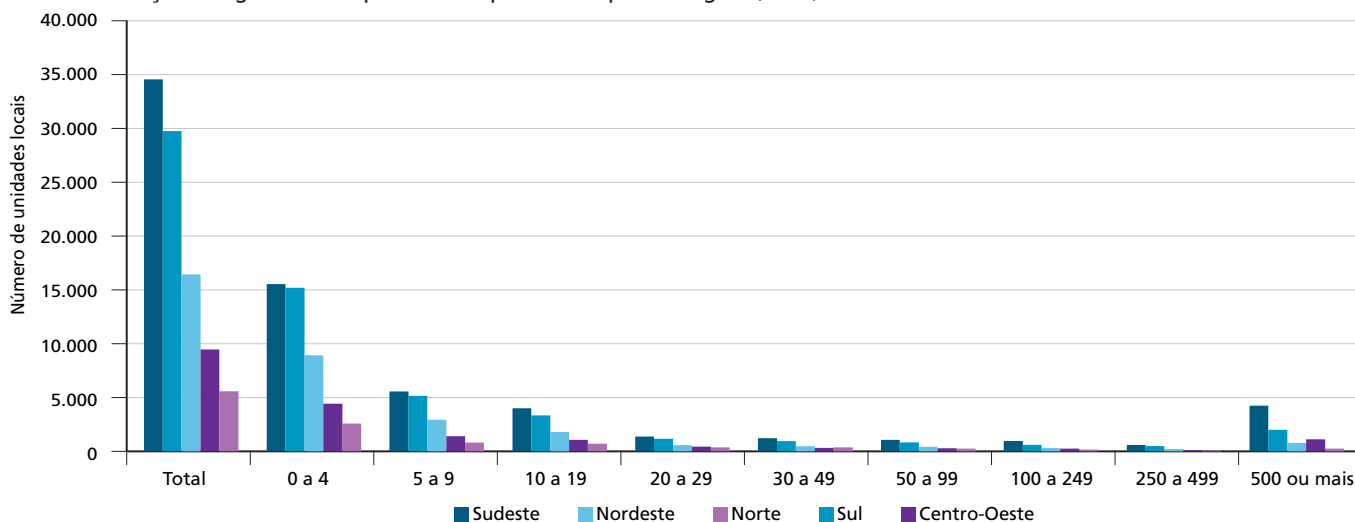
Chama também atenção a grande participação das agroindústrias nas ocupações do Nordeste (42,70%) e do Centro-Oeste (48,11%). Devem ser considerados, ainda que por hipótese, os motivos da enorme importância econômica e social da agroindústria: no Nordeste, o alto peso desta pode estar associado à questão estrutural antes mencionada, além do fator importante que é a base no consumo regional e a mão de obra relativamente barata. No Sul, os fatores explicativos são a grande oferta de matéria-prima e a maior organização produtiva; no Centro-Oeste, a grande produção agropecuária, com atração de indústrias de médio e grande porte, além de a região ter menor participação relativa de outras indústrias de transformação, o que reduz o denominador da fração.

Quanto às participações concernentes ao número de plantas industriais, ainda na tabela 5, observa-se que a agroindústria tem também participação alta em relação à indústria de transformação. Embora não destacados na tabela, o porte da produção é fator importante, uma vez que um número menor de indústrias pode concentrar a produção. A presença em número absoluto é importante, por refletir a capacidade da região em atrair a atividade que, por natureza, possui grande capilaridade. Novamente, os destaques são alimentos, têxteis e madeira. As regiões Norte e Centro-Oeste – com 42,39% e 31,74%, respectivamente – apresentam maior participação de empreendimentos agroindustriais no total de indústrias de transformação, estando acima da média nacional.

Quanto ao porte das plantas industriais, tomadas pelo total de postos de trabalho, a distribuição das empresas agroindustriais (gráfico 3) mostra dois tipos de concentração: *i*) por porte – em microempresas, com até quatro pessoas ocupadas; e *ii*) por região (Sul e Sudeste, embora o Nordeste e o Centro-Oeste apresentem números bastante expressivos). Além disso, mais de 62% da agroindústria têm pequeno porte – apresentando até nove empregados – nas regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste, enquanto no Sul e no Nordeste este percentual cai para 46% e 38%, respectivamente.

GRÁFICO 3

Distribuição da agroindústria por faixa de pessoal ocupado e região (2011)



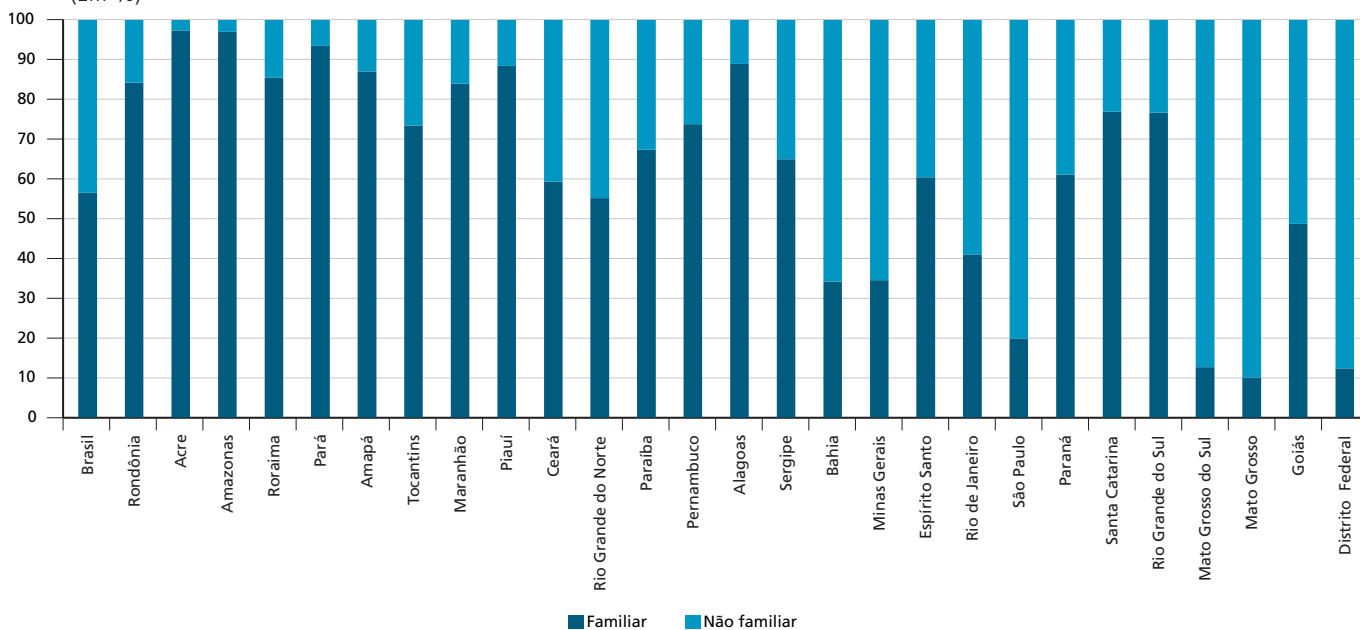
Fonte: IBGE ([s.d.]).
Elaboração do autor.

A agregação de valor aos produtos da pequena agricultura tem sido outro fator de crescimento do número de plantas industriais. Na agroindústria rural,⁷ segundo dados do Censo Agropecuário 2006, havia mais de 400 mil empreendimentos com algum tipo de beneficiamento de produtos. A participação em valores da produção agropecuária (gráfico 4) mostra que a parcela correspondente à agroindústria familiar no VBP da agroindústria rural não é uniforme nas UFs. A região Nordeste respondeu por 40,3% da produção, seguida do Sudeste, com 21,3%, e do Norte, com 18,5%. Sul (12%) e Centro-Oeste (8%) tiveram as mais baixas participações. Apenas seis estados (Bahia, Minas Gerais, Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul e Mato Grosso) respondem por mais de 74% do VBP total da agroindústria rural. Este segmento é responsável por cerca de 1% do VBP da agroindústria.

GRÁFICO 4

Participação dos tipos de agricultura no valor da produção da agroindústria rural (2006)

(Em %)



Fonte: IBGE (2006).
Elaboração do autor.

7. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Agropecuário 2006, separou a produção da agroindústria rural por grupos familiar e não familiar, seguindo a definição da Lei nº 11.326/2006 (IBGE, 2006).

No plano nacional, a agroindústria rural classificada como familiar é responsável por 56,5% do VBP, ante 43,5% dos estabelecimentos não familiares. O segmento familiar responde pela maior parte da produção nas regiões Norte (93,39%), Nordeste (56,46%) e Sul (73,83%). Porém, até mesmo em estados como a Bahia e Minas Gerais – de maior população rural e agroindústria familiar –, menos de 30% da produção da agroindústria rural tiveram esta origem.

A produção da agroindústria familiar é, em grande parte, destinada ao consumo próprio e a transações fora do espaço urbano, sendo menores as vendas efetivas. Barreiras fitossanitárias e baixo grau de cooperativismo e associativismo, conforme se observa nos dados do Censo Agropecuário, são fatores que explicam o reduzido volume da produção neste segmento da agroindústria. Além disso, apesar da forte participação da agroindústria na economia brasileira, a parcela rural desta atividade é apenas residual, ainda que importante para os agricultores que conseguem se firmar na agregação de valor aos seus produtos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O complexo agroindustrial brasileiro, presente de forma significativa na maioria das Unidades da Federação, representa cerca de um quarto do valor da economia nacional e mais de um terço das ocupações da indústria de transformação. O setor é bastante heterogêneo e com as agroindústrias concentradas em estados próximos aos maiores centros de consumo. Nas UFs de grande e média produção agropecuária, a remuneração na agroindústria supera a indústria de transformação, salvo exceções apresentadas no texto. O subsetor mais importante – em tamanho da produção, da geração de empregos e do número de plantas industriais – é a produção de alimentos, seguido pelo setores têxtil e de madeira e móveis. Persiste a concentração da agroindústria nas regiões Sul e Sudeste do país, e, exceto no Centro-Oeste, há também concentração natural de plantas industriais seguindo o potencial de oferta de matéria-prima. Estados de grande porte agrícola – como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul –, até mesmo perdendo parcela relativa do mercado agropecuário, acumulam maior número de plantas e maior valor da produção agroindustrial. Este fato motiva medidas de outras UFs para atrair plantas agroindustriais, inclusive fomentando a chamada “guerra fiscal”.

Uma questão que se coloca para reflexão é se o desafio central para a promoção da agroindústria – do ponto de vista das aptidões das UFs – não seria tornar mais competitivas a produção e a comercialização, de forma a atender a todas as partes da cadeia produtiva. Os dados destacados sugerem que a agroindústria é tão heterogênea quanto à própria agropecuária, principalmente onde há maior parcela de agroindústrias rurais familiares.

Estudos com maior profundidade são importantes para avaliar e indicar caminhos de dinamização da produção e de ações do poder público destinadas ao aproveitamento dos fatores regionais (capacidade de oferta de insumos, infraestrutura, acesso a mercados e mão de obra qualificada) que facilitam a agregação de valor à produção agropecuária. Por sua vez, adequação e desenvolvimento tecnológico em todas as etapas produtivas continuam sendo os desafios para ganhos de competitividade – pelo lado do setor privado –, principalmente quando se tem em vista o mercado externo.

A integração de políticas setoriais com as de desenvolvimento regional é um caminho para o desenvolvimento dinâmico da atividade agroindustrial. Para tanto, podem ser oportunas ações como: *i*) revisão e reestruturação de incentivos à agroindústria de menor porte nos estados; *ii*) reorientação de fundos de fomento à agroindústria, a partir do potencial regional; *iii*) avaliação e revisão dos incentivos para compras governamentais e consumo de produtos de origem local; *iv*) aprimoramento de logística, infraestrutura e outras medidas que facilitem a comercialização dos produtos agroindustriais; *v*) redefinição de incentivos à maior agregação de valor nas exportações de produtos de origem agropecuária; *vi*) indução de medidas de ganhos de produtividade no campo e na indústria.

A adoção de tais medidas implica a necessidade de aprimoramento da coordenação de ações da União, dos estados e dos municípios, objetivando-se, além da oferta interna, a conquista de maior parcela do mercado externo de produtos agropecuários industrializados.

REFERÊNCIAS

BARROS, G. S. C. (Coord.); FACHINELLO, A. L.; SILVA, A. F. S. **Desenvolvimento metodológico e cálculo do PIB das cadeias produtivas do algodão, cana-de-açúcar, soja, pecuária de corte e de leite no Brasil**. Piracicaba: Cepea/USP, 2011.

BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica**. 1992. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

DALLARI, J. M. Brasil: solução na agroindústria. **O estado de São Paulo**, São Paulo, 21 set. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ozfn8bd>>.

GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de economia política**, v. 5, n. 4, out./dez. 1985.

GUANZIROLI, C. E. **Agroindústria rural no Brasil: experiências bem e mal sucedidas**. Rio de Janeiro: UFF, 2010. (Texto para Discussão, n. 261). Disponível em: <<http://goo.gl/Lzv0M>>.

GUILHOTO, J. J. M.; FURTOSO, M. C.; BARROS, G. S. C. **O agronegócio na economia brasileira: 1994 a 1999**. Piracicaba: CNA; Cepea, 2000.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: desenvolvimento agrícola com criação de mercados. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasília, n. 20, p. 19-27, jun. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/radar20>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://tinyurl.com/censoagro2006>>.

_____. **Sistemas de Contas Nacionais: dados consolidados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/defaulttabzip.shtm>>.

_____. **Cadastro Central de Empresas (CCE)**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]a. Disponível em: <<http://goo.gl/Gar1o>>.

_____. **Pesquisa Industrial Anual (PIA)**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]b. Disponível em: <<http://goo.gl/Wm6Bo>>.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal (PPM)**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]c. Disponível em: <<http://goo.gl/iPhu3>>.

_____. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]d. Disponível em: <<http://goo.gl/2cCPu>>.

_____. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]e. Disponível em: <<http://goo.gl/IeGLe>>.

PORTUGAL, A. D.; ALVES, E. O impacto da agricultura nos setores indústria e serviços em nível de municípios. **Revista de política agrícola**, Brasília, ano X, n. 5, p. 9-20, jan./mar. 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/MUQVi>>.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de ciências humanas**, Florianópolis, n. 31, p. 133-153, abr. 2002.

SANTOS, G. R. Agroindústria e desenvolvimento 2013: uma análise da distribuição regional e dos efeitos na economia. *In*: (Eds.) BOUERI, R.; COSTA, M. A. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2013. v. 2, p. 363-397.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Development-led globalization: towards sustainable and inclusive development paths**. Report of the Secretary-General of UNCTAD to UNCTAD XIII. New York; Geneva: UNCTAD, 2011. Disponível em: <http://unctad.org/en/docs/tdxiii_report_en.pdf>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HADDAD, P. R. (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudo de clusters**. Brasília: CNPq; Embrapa, 1999.